



SECRETARIA
DO AUDIOVISUAL



BALANÇO DA GESTÃO

BIÊNIO 2023-2024

MINISTÉRIO DA
CULTURA

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

A SAV

A Secretaria do Audiovisual, após dois anos de reestruturação do Ministério da Cultura, **orientou seu trabalho na reativação de políticas públicas e do fortalecimento da indústria audiovisual**, trabalhando em favor do desenvolvimento de ações para todo ecossistema audiovisual e atentos aos desafios estruturantes do país postos na agenda pública da gestão federal.

A Secretaria do Audiovisual passou a atuar com duas diretorias: **Diretoria de Preservação e Difusão e Diretoria de Formação e Inovação**. Como modelo de gestão, buscou-se a articulação e convergência das pautas a fim de garantir reativação de políticas estruturantes e estabelecimento de ações programáticas continuadas. Nesse contexto, apresentamos um resumo de nossas ações nestes primeiros dois anos de gestão:

MECANISMOS DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL

A SAV atuou de forma proativa e consistente para retomar e ampliar as instâncias colegiadas públicas do setor do audiovisual, notadamente o **Conselho Superior do Cinema**, - pela primeira vez com representação de todas as regiões do país e paridade de gênero -, o **Comitê Gestor do Fundo Setorial do Audiovisual** e o **Conselho Técnico Consultivo da Cinemateca Brasileira**. Em dezembro de 2024, foi instituído o **Conselho Consultivo do Centro Técnico Audiovisual** com vistas a assessorar a elaboração de uma Política de Acervo do Centro, garantindo uma maior transparência e o acesso democrático ao patrimônio audiovisual brasileiro.

DIFUSÃO AUDIOVISUAL

A SAV, em parceria com a Universidade Federal de Alagoas (UFAL), desenvolveu a **Plataforma de Streaming**, que recentemente, chegou à fase piloto, na qual foram realizados testes de funcionamento da plataforma a fim de coletar sugestões e críticas para o seu aprimoramento. O processo de construção do catálogo conta com o levantamento e preparação de acervos próprios do MinC e de órgãos parceiros, e com chamada pública para licenciamento de 450 obras audiovisuais no valor total de R\$ 5 milhões.

Retomamos a produção da **Revista Filme Cultura**. Foi lançada a edição nº 64, com o tema "Cinemas Negros", publicação que teve seu processo de produção interrompido em 2018. E realizamos a chamada pública de textos para a revis-

ta **Filme Cultura nº 65 com o tema “Cinema Mais: o audiovisual brasileiro LGBTQIAPN+”**, com previsão de lançamento para o primeiro semestre de 2025. Além disso, lançamos uma página no portal do Ministério da Cultura com todas as edições da revista, linha do tempo, histórico e notícias.

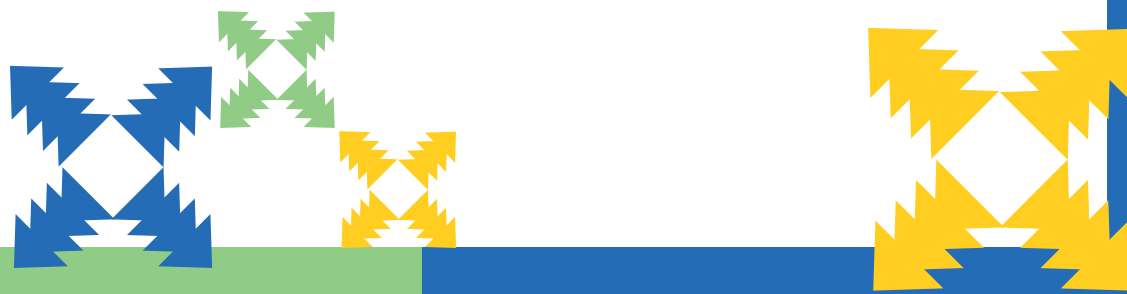
Do ponto de vista da difusão de conteúdos, realizamos duas importantes ações em articulação interinstitucional. Em parceria com o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, articulamos a “Mostra Difusão”, parte da **13ª Mostra de Cinema e Direitos Humanos**, que aconteceu de 25 de março a 24 de abril de 2024. Com 18 filmes exibidos em 251 sessões, a mostra atingiu um público total de 13.309 pessoas, reunindo 257 cineclubes e pontos de exibição em todo Brasil, distribuídos por 170 cidades. Já no segundo semestre de 2024, a **Mostra Mercosul: Ciclo de Curtas Infantis** contou com 207 pontos exibidores e cineclubes em 150 municípios de todo o Brasil. Foi registrado público de 27.981 pessoas.

▶ **FORMAÇÃO AUDIOVISUAL**

O **Prêmio Orlando Senna ao Curta-Metragem Brasileiro** foi desenhado em conjunto com o Fórum Brasileiro de Ensino de Cinema e Audiovisual e a Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), premiando 10 curtas-metragens resultantes de Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs) de graduação em audiovisual, cinema, animação, artes digitais, rádio e TV, comunicação social e publicidade e propaganda,

somando R\$ 140 mil. Esta é uma ação de reconhecimento à contribuição da produção universitária para o desenvolvimento do audiovisual brasileiro.

Também destacamos o processo para **reabertura do Centro Técnico Audiovisual (CTAv)**. Firmou-se em dezembro de 2024 acordo de cooperação técnica com o Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ), com vistas a retomada das atividades formativas no CTAv. A parceria prevê a oferta de cursos de formação inicial e continuada (FIC), voltados à inserção e reinserção de trabalhadores no mercado audiovisual. Também será implementado o Programa CERTIFIC, que reconhece e certifica competências profissionais adquiridas ao longo da vida, ampliando as oportunidades de certificação para profissionais em diferentes estágios de suas carreiras. O acordo também contempla a realização de cursos de extensão de curta duração, tanto nas dependências do CTAv quanto em escolas públicas da região, abordando práticas artísticas, tecnologias digitais e iniciativas para fomentar a produção audiovisual nacional. Com o acordo, as aulas do curso de assistente de dramaturgia já iniciaram, com 50 alunas mulheres, fruto da parceria entre o CTAv, o IFRJ e o Museu da Imagem e do Som (MIS).



Os trabalhos de **regulamentação da Lei 13.006/2014** foram retomados. Em junho de 2023 foi realizado o **Seminário Nacional de Cultura e Educação**, que contou com um grupo de trabalho dedicado ao tema do audiovisual nas escolas. E, durante a 19ª Mostra de Cinema de Ouro Preto, participamos do **Encontro de Cinema e Educação** feito em parceria com a Rede Kino - Rede Latino-Americana de Educação, Cinema e Audiovisual. Atualmente, a Secretaria do Audiovisual mantém articulação com o Ministério da Educação, especificamente com a Secretaria de Educação Básica, e a proposta de regulamentação elaborada já conta com contribuições da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e do Conselho Nacional de Secretários de Educação. A proposta de decreto passa por ajustes finais antes de ser analisada pela Presidência da República.

▶ **PRESERVAÇÃO AUDIOVISUAL**

A política em favor da preservação do patrimônio audiovisual brasileiro avançou significativamente nos primeiros anos de trabalho.

Em relação à gestão da **Cinemateca Brasileira**, no ano de 2023, foi elaborado e assinado o Segundo Termo aditivo ao Contrato de Gestão nº 01/2021 no valor total de R\$ 24.500.587,00. O projeto *Nitratos*, da Cinemateca, foi concluído, com mais de **3.300 rolos de filmes analisados, 1.785 obras catalogadas e indexadas na base Filmografia, 644 obras duplicadas fotoquimicamente e 328 digitalizadas.**

Além disso, teve início o projeto de recuperação, catalogação e digitalização do acervo do Canal 100, o maior acervo cinematográfico de futebol brasileiro.

Na interseção da difusão com a preservação, o projeto *A cinemateca é brasileira*, que percorreu 15 cidades de 11 estados do país, atingiu o público de 11.251 pessoas e o público alcançado pelas programações de cinema na Cinemateca Brasileira foi de 148.872 pessoas de janeiro de 2023 a novembro de 2024.

Em relação ao passivo de obras resultantes do fomento direto e indireto da Agência Nacional do Cinema (ANCINE) para serem analisadas e laudadas para fins de depósito legal, foi firmado Termo de Execução Descentralizada da ANCINE para a SAV, que tem como objeto a análise de 720 obras e a posterior emissão de 720 laudos técnicos.

Ainda no campo da preservação, **foi instituído Grupo de Trabalho responsável por formular diretrizes para o Programa Nacional de Preservação do Audiovisual**, que resultou em propostas como o reconhecimento de obras audiovisuais como patrimônio cultural, a criação de um Inventário Nacional de Bens Audiovisuais, a certificação de raridade de acervos e a criação de uma proposta para a Rede Nacional de Arquivos Audiovisuais com governança baseada na integração institucional e na descentralização das atividades. A íntegra está disponível no site do MinC.



Outra medida relevante foi a criação do **Comitê Técnico Consultivo do Centro Técnico Audiovisual**, que irá assessorar a elaboração de uma Política de Acervo para o órgão. O CTAv, embora ainda em reforma, recebeu e atendeu 885 pedidos de acesso a títulos, concedeu licenciamento de trechos de 45 obras e digitalizou 15 títulos.

A INTERNACIONALIZAÇÃO DO AUDIOVISUAL BRASILEIRO

A retomada e fortalecimento das ações voltadas para a promoção do audiovisual brasileiro foi uma das prioridades destes dois anos de gestão.

Foi retomada a participação efetiva do Brasil na **Reunião Especializada de Autoridades Cinematográficas e Audiovisuais do Mercosul (Recam)**, com finalização de proposta de texto do Acordo de Coprodução Audiovisual e Cinematográfica do Mercosul ocorrida em reunião realizada durante o Florianópolis Audiovisual Mercosul (FAM), em setembro de 2023, e assinada por todos os países em julho de 2024.

O Brasil também retomou sua participação no **Programa CPLP Audiovisual**, da Comunidade de Países de Língua Portuguesa, com aporte de 1 milhão de Euros.

Foi adotada a estratégia de assinatura de acordos mais amplos, de forma a abarcar possibilidades de cooperação cultural e comercial em todos os elos da cadeia produtiva do audiovisual. Até o momento, **foram assinados 4 acordos audiovisuais**:

- **Memorando de Entendimento entre o MinC e o Centre National du Cinéma et de l'Image Animée (CNC), da França, em outubro de 2024.**
- **Memorando de entendimento entre o MinC e a China Film Administration, em novembro de 2024;**
- **Memorando de entendimento entre o MinC e a China Film Archive, em novembro de 2024;**
- **Memorando de entendimento para cooperação no setor audiovisual e de novas mídias entre o MinC e a China Media Group, em novembro de 2024.**

Realizamos importantes interlocuções com agentes do setor audiovisual chinês, a partir da presença brasileira com uma missão institucional e empresarial no **Festival Internacional de Cinema de Pequim** (abr/2024), e da recepção de delegação chinesa por ocasião da realização o **I Festival de Cinema Chinês, no Rio de Janeiro** (nov/2024).

Estruturamos o Programa de Intercâmbio, lançado em outubro de 2023, que mostrou forte demanda. Até o momento, foram lançadas três chamadas públicas: uma com foco na formação audiovisual no exterior, com aporte de R\$ 1 milhão e apoio a 25 profissionais e duas edições (em 2023 e 2024) do Programa de Intercâmbio com foco na circulação e participação em eventos no exterior. Ao todo, foram investidos 1,5 milhões de reais, resultando no apoio a 125 profissionais em eventos realizados em todos os continentes (com exceção da Oceania).

Além disso, em articulação com o Instituto Guimarães Rosa/MRE, foram apoiadas presenças brasileiras nos festivais de Cannes (2024), Locarno (2024) e Veneza (2024).

POLÍTICAS DE FOMENTO DO AUDIOVISUAL BRASILEIRO

No campo do fomento, **foi realizada nova edição dos editais temáticos de curta-metragem**, que são históricos da SAV.

Foram em editais desse tipo que, em um passado não tão distante, estabelecemos pela primeira vez políticas de indução, regionalização e posteriormente políticas afirmativas.

Já no campo de promover protagonismo de grupos historicamente vulnerabilizados, o **Editais Ruth de Souza** financiou a produção de 18 longas-metragens dirigidos por mulheres estreantes na ficção, com investimento de 36 milhões via recursos do Fundo Setorial do Audiovisual.

No âmbito da **Lei Rouanet**, modelo de fomento que concentra o maior volume de recursos dentre aqueles em que a Secretaria do Audiovisual atua diretamente, a SAV autorizou a captação, entre 2023 e 2024, de mais de 2.000 projetos culturais, somando mais de R\$ 300 milhões em captações efetivadas. Produções Audiovisuais, ações de formação e difusão são os segmentos que mais demandam recursos ao mecanismo de fomento indireto. Em 2023, a SAV realizou a admissibilidade de 645 projetos. Em 2024, o quantitativo de propostas submetidas à Lei Rouanet saltou para 1.419. Em comparação ao exercício 2022,

o ano de 2024 representou um aumento de 482% de propostas analisadas e aprovadas, apontando o aumento de demanda deste mecanismo de financiamento.

PESQUISAS

Para fortalecer a atuação da Secretaria do Audiovisual através de dados e evidências, foram viabilizados diferentes perfis de pesquisa durante os dois últimos anos.

O estudo de **Políticas para a Descentralização do Audiovisual no Brasil**, em parceria com a UFBA, avaliou os resultados dos Arranjos Regionais e da linha de produção para Tvs Públicas, ambas com recursos do Fundo Setorial do Audiovisual (FSA), entre os anos de 2012 e 2019.

A Diretoria de Formação e Inovação catalogou e consolidou **dados de fomento à produção de curta-metragem**, realizando um mapeamento histórico de 31 anos das alterações estruturais na política de incentivo à produção de títulos de pequena duração.

Em 2025 será realizado estudo técnico sobre a capacidade já instalada em Universidades, na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, além de museus, centros culturais e outros equipamentos culturais federais visando potencial ampliação do parque exibidor e futura

As pesquisas sobre dados de fomento à produção de curtas e de Políticas para a Descentralização estão disponíveis no site do Ministério da Cultura.

instalação de circuito nacional de salas de cinema, em parceria com a RNP.

Via contratação de consultoria (PRODOC), **outras três pesquisas serão executadas em 2025:**

- a. mapeamento da capacidade instalada técnica, tecnológica e estrutural das instituições federais de formação em cinema e audiovisual no Brasil, com o objetivo de entender as condições estruturais destas iniciativas no país;
- b. consultoria para mapeamento e operacionalização de parcerias internacionais visando o desenvolvimento do mercado de games do Brasil, a partir da identificação de instituições, fundos e organizações internacionais estratégicos;
- c. consultoria para coleta de subsídios para estruturação de uma Film Commission Nacional, especialmente do ponto de vista dos modelos de gestão e financiamento.

GAMES

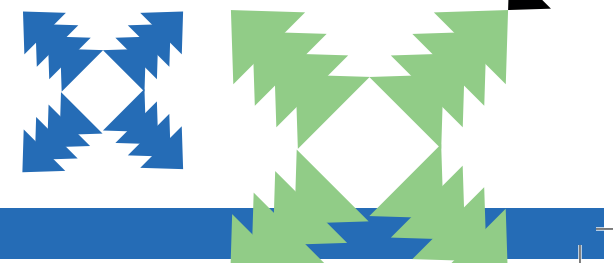
Outro marco regulatório foi a sanção da **Lei de Games (Lei nº 14.852/24)**, que estabelece diretrizes para o desenvolvimento, produção e comercialização de jogos eletrônicos no Brasil. A lei prevê incentivos fiscais e políticas de apoio à indústria de games, fortalecendo sua relevância cultural e econômica.

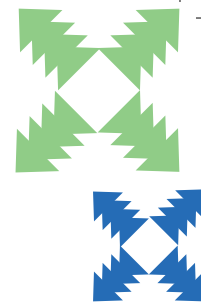
EMENDAS PARLAMENTARES

A execução de emendas parlamentares é outra importante fonte de fomento à execução de projetos audiovisuais. Em 2023, a SAV recebeu **82 emendas parlamentares distribuídas em 62 propostas**, das quais apenas uma não foi formalizada, representando R\$ 30,2 milhões de fomento a projetos para o setor. Já em 2024, a Secretaria recebeu 98 emendas, distribuídas em 79 propostas válidas. A soma dos valores das emendas celebradas atingiu o montante de R\$ 47.264.155,76. Os projetos destinaram recursos para Alagoas (2), Bahia (2), Distrito Federal (17), Goiás (2), Mato Grosso (3), Mato Grosso do Sul (2), Paraíba (3), Rio de Janeiro (18), Santa Catarina (1) e São Paulo (11).

REGULAMENTAÇÃO DO SETOR AUDIOVISUAL – VOD E POLÍTICAS DE COTAS DE TELA

A criação de um marco regulatório para VoD vem sendo discutida há bastante tempo e tem ganhado atenção do Congresso Nacional, processo do qual a SAV participa efetivamente. Em 2023 foi constituído Grupo de Trabalho composto por integrantes do Ministério da Cultura e da Agência Nacional do Cinema, que, em 2023, emitiu relatório com seis recomendações para a regulação do segmento de Vídeo por Demanda, abordando questões como:





- direitos autorais patrimoniais das obras brasileiras independentes;
- cota de catálogo de 20% para obras nacionais, sendo 50% para produções independentes;
- mecanismos de proeminência, para destaques a conteúdos audiovisuais brasileiros independentes;
- a previsão de comando normativo geral preconizando ações afirmativas e promoção da equidade;
- a adoção de alíquota de Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional (CONDECINE), entre outros.

A íntegra do relatório está disponível no site do Ministério da Cultura.

Por sua vez, as políticas de cota de tela avançaram de forma definitiva. A **Lei nº 14.814**, de 15 de janeiro de 2024, **garante cotas para exibição de obras cinematográficas brasileiras de longa-metragem em salas, espaços, locais ou complexos de exibição pública comercial até 2033.**

Ao mesmo tempo, foi sancionada a **Lei nº 14.815**, de 15 de janeiro de 2024, que prorroga o **prazo de obrigatoriedade de exibição comercial de obras cinematográficas brasileiras na programação da TV paga até 2043.**

O PLANO DE DIRETRIZES E METAS DO AUDIOVISUAL BRASILEIRO

A formulação do **Plano de Diretrizes e Metas (PDM) do Audiovisual Brasileiro**, que orientará as políticas públicas do setor entre 2025 e 2034, é outra conquista do período. Coordenado pelo Conselho Superior de Cinema (CSC) e secretariado pela SAV, o PDM contou com um processo participativo envolvendo encontros regionais e o Seminário Economia Audiovisual e Interseccionalidades.

Foram organizados **35 grupos de trabalho**, nas cinco regiões, com participação híbrida, presencial e online de aproximadamente 809 pessoas.

Após o Circula Minc Audiovisual e com os objetivos já definidos pelo GT do Conselho Superior do Cinema, realizou-se de 28 a 30 de outubro, em São Paulo, o **Seminário de Economia do Audiovisual e Interseccionalidades**, com o objetivo é traçar um panorama sobre o atual estágio da indústria audiovisual brasileira e projetar o seu fortalecimento para a próxima década, tanto no mercado interno quanto no cenário internacional. No evento ocorreu a **primeira reunião entre Conselho Superior do Cinema e Comitê Gestor do Fundo Setorial do Audiovisual**, para alinhamento e projeções de médio e longo prazo para o setor audiovisual.

O GT do Conselho Superior do Cinema para elaboração do Plano de Diretrizes e Metas do Audiovisual, segue trabalhando na revisão das metas e indicadores ao longo do primeiro semestre de 2025.





MINISTÉRIO DA
CULTURA

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

